

**A COMUNIDADE TAMBÉM EDUCA: PARTICIPAÇÃO SOCIAL, GESTÃO
DEMOCRÁTICA E AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR
QUILOMBOLA**

**The Community Also Educates: Social Participation, Democratic Management, and Identity
Affirmation in Quilombola School Education**

Sidianne Suely Pereira de Oliveira¹

1 Doutoranda em Ciências da Educação Cristã. Christian College of Educaler. E-mail:
suelysidianne@gmail.com

Resumo

O artigo aborda a participação comunitária na Educação Escolar Quilombola, considerando sua relação com a gestão democrática, a cidadania e os processos de afirmação identitária. O objetivo foi discutir a participação comunitária como dimensão da gestão democrática, da cidadania e da efetivação da Educação Escolar Quilombola. A pesquisa adotou abordagem qualitativa, articulando revisão bibliográfica e análise documental, com corpus composto por sete artigos científicos publicados a partir de 2020 e documentos normativos relacionados à modalidade. Os resultados mostraram diferentes formas de participação das comunidades na vida escolar, envolvendo decisões sobre profissionais, projetos educativos, valorização da memória, presença de saberes locais e fortalecimento identitário. Também foram identificadas dificuldades relacionadas à formação docente, à organização curricular e ao diálogo entre escola, comunidade e redes de ensino. Conclui-se que a efetivação da Educação Escolar Quilombola se fortalece quando a participação comunitária produz efeitos concretos na gestão, no currículo e nas práticas educativas.

Palavras-chave: Educação Escolar Quilombola. Participação comunitária. Gestão democrática. Identidade quilombola. Cidadania.

Abstract

This article addresses community participation in Quilombola School Education, considering its relationship with democratic management, citizenship, and processes of identity affirmation. The objective was to discuss community participation as a dimension of democratic management, citizenship, and the implementation of Quilombola School Education. The study adopted a qualitative approach, combining a bibliographic review and documentary analysis, with a corpus consisting of seven scientific articles published from 2020 onward and normative documents related to this educational modality. The results revealed different forms of community participation in school life, involving decisions about professionals, educational projects, the appreciation of collective memory, the presence of local knowledge, and the strengthening of quilombola identity. Difficulties related to teacher education, curriculum organization, and dialogue among schools, communities, and education systems were also identified. The study concludes that the implementation of Quilombola School Education is strengthened when community participation produces concrete effects on management, curriculum, and educational practices.

Keywords: Quilombola School Education. Community participation. Democratic management. Quilombola identity. Citizenship.

INTRODUÇÃO

Nas comunidades quilombolas, a educação também se constrói nas relações cotidianas, nas memórias compartilhadas, nos saberes transmitidos entre gerações e nas formas de organização coletiva. Quando esses conhecimentos chegam à escola por meio das famílias, lideranças e demais sujeitos do território, a experiência escolar se aproxima da vida comunitária e passa a dialogar com referências que participam da formação das crianças e dos jovens. Na Educação Escolar Quilombola, essa relação possui importância especial porque envolve história, pertencimento e reconhecimento dos conhecimentos produzidos pela própria comunidade.

A participação comunitária passou a ocupar espaço importante nas normas que orientam essa modalidade de ensino. O Parecer CNE/CEB nº 16/2012 e a Resolução CNE/CEB nº 8/2012 reconhecem a necessidade de considerar as especificidades históricas, sociais e culturais das comunidades quilombolas na organização da escola (Brasil, 2012a, 2012b). Na Bahia, o Documento Curricular Referencial também aproxima currículo, território, identidade e participação dos sujeitos locais, reforçando o diálogo entre escola e comunidade na construção das práticas educativas (Bahia, 2025).

Pesquisas recentes mostram que essa presença comunitária assume formas diversas e interfere diretamente no modo como a escola se organiza e se relaciona com o território. Cruz et al. (2022) discutem a participação da comunidade nas decisões relacionadas à escola, enquanto Santos e Alencar (2023) aproximam educação, memória e fortalecimento da identidade quilombola. Estudos realizados na Bahia também apontam a presença de referências comunitárias nas práticas educativas e nos processos de construção identitária dos estudantes (Almeida, 2020; Alves; Araujo, 2020). Em diferentes contextos, a comunidade aparece como parte ativa da experiência escolar, seja pela participação nas decisões, pela presença de saberes locais, pela valorização da memória ou pelo reconhecimento de identidades construídas coletivamente. Esse movimento aproxima participação social, gestão escolar e afirmação identitária dentro de uma mesma discussão e ajuda a compreender a escola quilombola como espaço atravessado por relações que já existem na vida comunitária.

Partindo desse cenário, o artigo busca responder à seguinte questão: como a participação comunitária se articula à gestão democrática, à cidadania e à efetivação da Educação Escolar Quilombola? O objetivo geral consiste em discutir a participação comunitária como dimensão da gestão democrática, da cidadania e da efetivação da Educação Escolar Quilombola.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

A participação comunitária ocupa uma posição particular na Educação Escolar Quilombola porque a escola está inserida em espaços onde já existem formas de organização, circulação de saberes e tomada de decisões coletivas. Famílias, lideranças, associações e outros sujeitos participam da vida do território e acumulam experiências que alcançam questões educacionais. Quando essa presença chega à gestão escolar, a comunidade passa a interferir em escolhas relacionadas ao funcionamento da escola, às prioridades pedagógicas e às formas de relação com o poder público. A gestão democrática adquire, nesse contexto, um sentido vinculado à possibilidade de participação dos próprios quilombolas na condução da educação que acontece em seu território. O Parecer CNE/CEB nº 16/2012 situa a construção das Diretrizes dentro de um processo marcado pela participação de organizações quilombolas, movimentos sociais, pesquisadores e representantes da sociedade civil, mostrando que a própria formulação da política educacional foi atravessada por reivindicações desses sujeitos (Brasil, 2012a).

A Resolução CNE/CEB nº 8/2012 transforma essa participação em orientação para a gestão das escolas. Seu art. 39 vincula a Educação Escolar Quilombola aos princípios constitucionais da gestão democrática e prevê diálogo, parceria e consulta às comunidades atendidas. No parágrafo seguinte, o documento aproxima diretamente gestão escolar e organizações quilombolas:

[...] § 1º Faz-se imprescindível o diálogo entre a gestão da escola, a coordenação pedagógica e organizações do movimento quilombola nos níveis local, regional e nacional, a fim de que a gestão possa considerar os aspectos históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos do universo sociocultural quilombola no qual a escola está inserida.

A redação da norma desloca a participação de uma posição acessória para dentro do processo de gestão. Diálogo e consulta passam a integrar a maneira como decisões educacionais são construídas, enquanto aspectos históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos da

comunidade entram no campo de atenção dos gestores. A mesma Resolução indica que a gestão deve se articular à matriz curricular e ao projeto político-pedagógico, aproximando administração escolar, currículo e universo sociocultural quilombola (Brasil, 2012b). Desse modo, a participação chega a diferentes espaços da vida escolar e cria uma relação entre exercício de direitos, organização coletiva e intervenção nas decisões públicas. É justamente nessa relação que a cidadania começa a ganhar densidade para este estudo, pois o direito à educação passa a envolver também a possibilidade de participar das escolhas relacionadas à sua realização.

COMUNIDADE, MEMÓRIA E AFIRMAÇÃO IDENTITÁRIA

Comunidade e identidade aparecem fortemente relacionadas na produção sobre Educação Escolar Quilombola. Santos e Alencar (2023) trabalham essa aproximação ao compreender a comunidade quilombola como território de memória e de fortalecimento identitário. Experiências, lembranças e conhecimentos compartilhados participam da formação dos sujeitos e encontram continuidade quando passam a circular também no espaço escolar. A presença da comunidade na educação alcança, por esse caminho, um campo que envolve pertencimento e reconhecimento, aproximando aquilo que os estudantes vivem em suas relações familiares e comunitárias dos conhecimentos mobilizados durante a escolarização.

Memória coletiva possui uma função importante nessa construção porque permite que acontecimentos, saberes e referências permaneçam presentes entre diferentes gerações. Festas, narrativas, relações de trabalho, organização comunitária, religiosidade, formas de cooperação e experiências de luta compõem repertórios que ajudam os sujeitos a compreender de onde vêm e como se constituíram determinadas formas de vida. Na escola, tais referências podem participar da construção curricular e das práticas pedagógicas, criando pontos de contato entre experiência social e formação escolar. O Documento Curricular Referencial da Bahia trabalha com essa perspectiva ao tratar o contexto social e cultural dos estudantes quilombolas como referência para a organização do ensino. Em um de seus trechos, registra:

[...]uma educação centrada em saberes contextualizados, alternativos aos conhecimentos acadêmicos, deverá passar a estruturar-se a partir do contexto social e cultural dos/das alunos/as quilombolas e, ainda, das suas vivências pessoais e familiares, respeitando a diversidade de cada território de identidade, em que se encontram seus distintos quilombos (Bahia, 2025, p. 35).

A orientação ajuda a compreender por que a afirmação identitária se relaciona à presença da comunidade na escola, os conhecimentos construídos no território deixam de circular somente nas relações familiares e podem encontrar outros espaços de expressão quando entram no planejamento, no currículo e nas atividades educativas. O próprio DCRB propõe diálogo contínuo com lideranças quilombolas e associa essa aproximação à construção de um “currículo vivo”, ligado à vida da comunidade (Bahia, 2025). Memória, pertencimento e participação seguem, assim, atravessando a formação escolar por diferentes caminhos.

CURRÍCULO, AQUILOMBAMENTO E PRODUÇÃO DE SABERES

No debate sobre currículo, Brito, Santos e Matos (2020) oferecem uma leitura que aproxima a experiência escolar das formas de resistência construídas pelas comunidades quilombolas. A ideia de aquilombamento curricular nasce da observação de uma escola situada no quilombo Tomé Nunes, na Bahia, e permite pensar o currículo como produção cultural ligada ao lugar onde a escola existe. Saberes locais, memória ancestral e experiências comunitárias passam a integrar a discussão sobre aquilo que merece reconhecimento dentro da formação escolar. O interesse dos autores recai sobre um currículo produzido nas relações entre conhecimentos escolares e saberes presentes no território, o que aproxima a prática pedagógica das experiências históricas e culturais vividas pelos sujeitos.

Ao explicar o sentido atribuído ao termo, os autores registram:

Em poucas palavras, na concepção deste trabalho, aquilombar-se está associado à ideia de um currículo escolar que permita o pleno exercício da cultura quilombola como forma de manter viva a memória ancestral e potencializar formas de existência e resistência desse agrupamento em nossa sociedade (Brito; Santos; Matos, 2020, p. 433).

A formulação abre espaço para observar o currículo como parte das relações pelas quais identidade e pertencimento são atualizados no cotidiano escolar. Aquilombar-se envolve reconhecer a cultura quilombola dentro do processo educativo e criar condições para que conhecimentos historicamente produzidos pela comunidade participem das escolhas pedagógicas. Na leitura de Brito, Santos e Matos (2020), a escola de Tomé Nunes se constitui em contato permanente com modos de vida, tradições e heranças ancestrais, oferecendo uma referência conceitual importante para compreender a presença comunitária para além dos momentos formais de gestão. A participação também pode ocorrer quando saberes e

experiências dos moradores ajudam a definir o que circula na escola e como determinados conhecimentos ganham legitimidade.

Essa relação aparece no plano normativo quando a Resolução CNE/CEB nº 8/2012 prevê um currículo aberto, flexível e interdisciplinar, capaz de articular conhecimento escolar e conhecimentos construídos pelas comunidades quilombolas. O mesmo documento estabelece a efetivação da gestão democrática com participação das comunidades e de suas lideranças, aproximando duas dimensões que muitas vezes aparecem separadas na organização escolar: decisões administrativas e decisões pedagógicas (Brasil, 2012b). O projeto político-pedagógico ganha importância justamente nessa interseção, pois reúne escolhas sobre formação, currículo, identidade da escola e relação com o território.

Vista por essa perspectiva, a efetivação da Educação Escolar Quilombola envolve um percurso que passa pelas garantias legais e alcança as relações construídas cotidianamente entre escola e comunidade. Participar pode significar integrar instâncias de decisão, dialogar com a gestão, acompanhar escolhas pedagógicas, contribuir para o projeto político-pedagógico ou fazer com que saberes produzidos no território sejam reconhecidos dentro do currículo. Cada uma dessas possibilidades toca o exercício da cidadania de uma maneira diferente e permite observar até que ponto os princípios presentes nas Diretrizes encontram espaço nas experiências escolares. Essa base conceitual será importante quando forem examinadas as pesquisas empíricas selecionadas para o estudo, nas quais diferentes comunidades aparecem construindo formas próprias de participação, pertencimento e relação com a escola.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida por meio de abordagem qualitativa, articulando revisão bibliográfica e análise documental. O levantamento reuniu produções acadêmicas e documentos normativos relacionados à Educação Escolar Quilombola, com atenção especial à participação comunitária, à gestão democrática, à cidadania e aos processos de afirmação identitária.

Para a produção científica, foram considerados artigos publicados a partir de 2020, disponíveis em texto completo e com relação direta com pelo menos uma dessas dimensões. As buscas foram orientadas pelos descritores “Educação Escolar Quilombola”, “participação comunitária”, “gestão democrática”, “identidade quilombola” e “cidadania”, utilizados isoladamente e em diferentes combinações.

O corpus bibliográfico foi composto por sete artigos científicos selecionados previamente por sua proximidade com o problema investigado. Entraram também documentos

legais e institucionais indispensáveis à compreensão da política educacional quilombola, entre eles o Parecer CNE/CEB nº 16/2012, a Resolução CNE/CEB nº 8/2012, a legislação federal pertinente e o Documento Curricular Referencial da Bahia – Modalidades, publicado em 2025. O recorte temporal aplicado aos artigos foi flexibilizado para os marcos normativos, considerando sua vigência e importância para a organização da modalidade.

Depois da seleção, os materiais foram lidos integralmente e organizados de acordo com os pontos de aproximação entre comunidade e escola. A análise observou como os estudos e documentos tratavam a participação dos sujeitos quilombolas nas decisões escolares, sua presença na gestão e no currículo, as relações entre memória e identidade e as formas de exercício da cidadania construídas no cotidiano educacional. O cruzamento entre produção científica e documentos normativos permitiu acompanhar tanto os princípios estabelecidos para a Educação Escolar Quilombola quanto as experiências descritas nas pesquisas, criando uma base comum para a discussão dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A leitura das sete pesquisas selecionadas mostrou que a participação comunitária assume formas muito diferentes quando observada na rotina das escolas. Em alguns territórios, moradores conquistaram espaço em decisões administrativas e pedagógicas; em outros, a relação acontece principalmente pela presença de professores pertencentes à comunidade, por projetos voltados à história local ou pela incorporação de práticas culturais ao ensino. Também apareceram situações em que os sujeitos quilombolas permanecem distantes de decisões importantes da escola. Comparar essas experiências permite perceber como gestão democrática e cidadania deixam o campo exclusivamente normativo e passam a depender das relações criadas entre escola, comunidade e poder público.

PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA E ESPAÇOS DE DECISÃO

No quilombo João Surá, no Paraná, Cruz et al. (2022) encontraram uma experiência em que a participação comunitária chegou a uma decisão bastante concreta: a escolha dos profissionais que podem atuar no Colégio Estadual Quilombola Diogo Ramos. A Carta de Anuência é concedida pela associação quilombola e integra o procedimento exigido aos interessados em trabalhar na instituição. Durante a pesquisa, realizada entre 2018 e 2020, os autores acompanharam um processo de aperfeiçoamento desse instrumento. Dificuldades

anteriores levaram a comunidade e a escola a desenvolver oficinas, discutir critérios e elaborar um documento orientador para as escolhas posteriores. A participação passou, então, por uma organização construída a partir de problemas vividos dentro do próprio processo.

Desse modo, a CA viabiliza uma maior participação da comunidade no processo de organização da educação nestas instituições. Ao conceder a CA às/aos candidatas/os, então, a comunidade tem a possibilidade de exercer influência no processo de constituição do grupo de servidoras/es que irão atuar na escola, de modo que este venha a ter maior afinidade com o seu Projeto Político Pedagógico e, ao mesmo tempo, com os projetos da própria comunidade (Cruz et al., 2022, p. 5).

O que chama atenção nessa experiência é a capacidade de transformar uma reivindicação comunitária em procedimento institucional. Escolher profissionais envolve discutir que tipo de relação se espera entre quem chega à escola e o território onde ela funciona. A Carta também precisa ser renovada em determinadas situações, mantendo a associação dentro do acompanhamento desse vínculo. Cruz et al. (2022) registram que o próprio processo de pesquisa surgiu de uma demanda das lideranças interessadas em avaliar e melhorar a utilização do instrumento. Participação social aparece, portanto, durante a identificação do problema, na construção das regras e posteriormente na decisão.

Situação bem diferente foi identificada por Sandes e Martins (2020) em Salaminas Putumuju, no município de Maragogipe, Bahia. A pesquisa reuniu entrevistas com estudantes, liderança comunitária, professora e diretora e encontrou dificuldades estruturais, pedagógicas e institucionais que atravessavam a escolarização. Parte das crianças estudava em classes multisseriadas dentro da comunidade; para continuar a trajetória escolar, adolescentes precisavam deslocar-se para outras instituições. Ao mesmo tempo, questões ligadas à história do quilombo e à identidade apareciam de maneira pouco consistente na experiência relatada pelos sujeitos pesquisados. O estudo aproximou esses problemas da formação docente, das condições físicas das escolas e da realização da política pública.

Os resultados desta pesquisa apontam para a necessidade de revisão desta política pública, uma vez que, devido a não objetivação da mesma – o que inclui ausência de investimento em formação de professores, em espaço físico adequado, em material didático – a educação escolar quilombola se encontra extremamente comprometida e distante da urgente valorização dos saberes sociopolíticos produzidos nos quilombos (Sandes; Martins, 2020, p. 22).

Colocar João Surá e Salaminas Putumuju em diálogo mostra duas formas bastante distintas de relação com a política educacional. Em uma delas, a comunidade criou um

mecanismo capaz de produzir efeitos sobre a composição da equipe escolar; na outra, as pesquisadoras encontraram uma política cuja execução apresentava lacunas justamente em aspectos que interferem na aproximação entre escola e realidade local. Gestão democrática passa, nessa comparação, pela existência de canais que façam a participação produzir alguma consequência dentro da instituição. Reuniões ou consultas ganham outro alcance quando conseguem interferir em decisões, provocar mudanças ou abrir espaço contínuo para acompanhamento comunitário.

QUANDO A COMUNIDADE PARTICIPA DA FORMAÇÃO ESCOLAR

Almeida (2020) acompanhou práticas educativas desenvolvidas junto às crianças da comunidade e identificou elementos da vida quilombola integrados às atividades escolares. Professores pertencentes ao próprio território aparecem como uma característica importante do caso estudado. Vivências culturais, valores comunitários, brincadeiras, manifestações locais e experiências que fazem parte da infância chegam à sala de aula por intermédio de profissionais que conhecem esse universo também pela convivência. A pesquisadora observou que esse contato facilitava a aproximação entre os conteúdos escolares e o contexto vivido pelas crianças.

Ao longo do estudo, aparecem exemplos bastante cotidianos. Reisado, capoeira, dança afro-brasileira e outras práticas culturais integram o repertório conhecido pelas crianças, enquanto princípios presentes nas relações comunitárias também atravessam o trabalho pedagógico. Almeida (2020) encontrou professores que relacionavam os conteúdos escolares a situações familiares aos estudantes, mesmo diante de pouco apoio institucional e de dificuldades materiais. A própria pesquisadora registra que os docentes se sentiam desamparados pela Secretaria Municipal em alguns aspectos do trabalho e precisavam adaptar recursos disponíveis às atividades desenvolvidas.

Diante do exposto, não tem como ignorar a dimensão sociocultural que se expressa nas identidades subjetivas dessas crianças no âmbito escolar. Por conseguinte, nota-se que existe compromisso docente com a valorização dessa identidade, construção e manutenção do sentimento de pertencimento à cultura quilombola local sendo que as ações pedagógicas ajudam a consolidar esse sentimento (Almeida, 2020, p. 75).

Tomé Nunes também foi pesquisado por Brito, Santos e Matos (2020), porém sob outro ângulo. O interesse aqui para os resultados deste artigo está na trajetória da escolarização

observada pelos pesquisadores. A comunidade aparece envolvida historicamente na criação de condições para o ensino, enquanto a escola investigada funciona com profissionais inseridos naquele espaço social. A experiência acrescenta um dado relevante: participação comunitária pode anteceder a estrutura escolar atualmente existente. Quando moradores organizam meios para escolarizar crianças e, ao longo do tempo, seguem presentes nas relações que atravessam a escola, sua atuação integra a própria história pela qual aquela instituição chegou a existir.

Em Baixa Grande, Muritiba, Alves e Araujo (2020) encontraram outra relação entre escolarização e identidade. O estudo procurou compreender como a identidade quilombola era construída no ambiente escolar e registrou um movimento de maior visibilidade da comunidade a partir da Educação Escolar Quilombola. Segundo os resultados apresentados pelos autores, o processo vinha contribuindo para enfrentar estereótipos associados ao tema quilombola e ampliar o reconhecimento daquela comunidade. Identidade, nesse caso, aparece relacionada também à possibilidade de a escola produzir outras formas de apresentação social do grupo, sobretudo diante de referências históricas que frequentemente colocaram as comunidades quilombolas em posições estigmatizadas.

Guaraciaba acrescenta uma experiência em que a atuação de sujeitos ligados à própria comunidade assumiu peso na organização das práticas. Santos e Alencar (2023) encontraram iniciativas voltadas à memória e ao fortalecimento identitário na Escola Padre Anchieta, com destaque para a liderança de um professor que se reconhecia como quilombola, havia vivido na comunidade e estudava a temática. Projetos conduzidos por esse profissional procuravam envolver outros docentes, a gestão e moradores. O achado interessa porque mostra como vínculos comunitários e conhecimento acumulado sobre o território podem repercutir nas escolhas educativas quando encontram alguma abertura dentro da instituição.

ENTRE A INICIATIVA PEDAGÓGICA E A ESTRUTURA DA POLÍTICA

Experiências presentes no corpus mostram que muito do trabalho desenvolvido nas escolas depende da atuação de pessoas específicas. Professores de Tomé Nunes mobilizam repertórios comunitários em suas práticas; em Guaraciaba, um docente aparece como articulador de projetos; em Baixa Grande, ações escolares participam da construção de maior visibilidade da identidade quilombola. Há potência nessas iniciativas, mas o cruzamento dos estudos também revela a importância das condições que permitem sua continuidade. Formação, materiais, acompanhamento das redes e diálogo da gestão interferem diretamente na passagem de uma experiência localizada para uma prática incorporada à organização da escola.

Portela e Abrahão (2026), pesquisando a Escola Municipal Doutor Sócrates Ramos, em Volta Miúda, no extremo sul da Bahia, encontraram justamente essa combinação. Saberes locais, manifestações culturais e práticas corporais afro-brasileiras apareciam nas aulas, ao lado de dificuldades relacionadas à disponibilidade de materiais contextualizados, formação continuada e articulação entre o projeto político-pedagógico e os conhecimentos da comunidade. Os resultados situam a efetivação da Lei nº 10.639/2003 dentro de uma estrutura que depende de vários agentes, ultrapassando a ação isolada do professor.

Em Salaminas Putumuju, a discussão chega a uma questão semelhante por outra via. Sandes e Martins (2020) encontraram limitações de infraestrutura, formação e aproximação curricular com a realidade quilombola. Em Tomé Nunes, Almeida (2020) registrou professores que conseguiam produzir práticas contextualizadas mesmo relatando pouco suporte institucional. Volta Miúda traz iniciativas pedagógicas acompanhadas por fragilidades na organização da política. Lidos em conjunto, esses trabalhos revelam uma tensão recorrente entre aquilo que determinadas pessoas conseguem construir no cotidiano e aquilo que as redes educacionais oferecem para sustentar tais experiências ao longo do tempo.

Esse ponto pode ser aproximado do Documento Curricular Referencial da Bahia, especialmente porque o DCRB de 2025 amplia as orientações dirigidas à Educação Escolar Quilombola dentro da rede baiana. Quando os resultados empíricos são colocados ao lado dessas orientações, surgem questões sobre condições de execução: quem possui formação para desenvolver o trabalho, de que materiais dispõe, de que modo o projeto político-pedagógico dialoga com o território e quais espaços a comunidade realmente ocupa no planejamento. O documento oferece parâmetros atualizados; as pesquisas revelam situações concretas que variam conforme município, escola e comunidade.

PARTICIPAÇÃO, CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA

Cidadania ganha uma configuração bastante concreta diante dos resultados encontrados. Em João Surá, moradores interferem na seleção de profissionais. Em Tomé Nunes, sujeitos da própria comunidade assumem funções docentes e levam experiências locais para a prática pedagógica. Guaraciaba revela articulação em torno de projetos de memória. Baixa Grande apresenta processos de reconhecimento identitário vinculados à escola. Salaminas Putumuju e Volta Miúda, por sua vez, mostram como limitações institucionais podem diminuir o alcance

dessas relações. Participar, nesse conjunto, envolve graus diferentes de intervenção sobre uma política pública.

Há também uma diferença importante entre ser consultado e ter capacidade de produzir efeitos sobre uma decisão. Cruz et al. (2022) oferecem o exemplo mais evidente dessa passagem porque a associação participa de um procedimento formalmente reconhecido pela estrutura educacional. Outros estudos mostram participação por meio de projetos, da atuação docente ou da presença dos conhecimentos comunitários. O corpus permite, assim, enxergar a gestão democrática como um campo composto por diferentes práticas: deliberação, acompanhamento, construção curricular, circulação de conhecimentos e presença dos sujeitos nas ações desenvolvidas pela escola.

Brito, Santos e Matos (2020) ajudam a ampliar essa leitura ao retornarem, nas páginas finais do estudo, às condições pelas quais a escolarização quilombola pode ser pensada a partir de seus tempos, modos de produzir currículo e formas coletivas de organização. Para os resultados e discussão, vale utilizar uma passagem diferente daquela empregada na fundamentação.

Quando os sete estudos são colocados lado a lado, participação social deixa de aparecer como uma categoria abstrata. Ela assume a forma de associação que decide, professor que conhece a comunidade, moradores envolvidos em projetos, práticas culturais incorporadas ao cotidiano, estudantes interessados em conhecer sua própria história e grupos que reivindicam maior espaço dentro da escola. Resolução CNE/CEB nº 8/2012, Parecer CNE/CEB nº 16/2012, PNEERQ e DCRB oferecem a moldura institucional; as pesquisas mostram as diferentes maneiras pelas quais essa política encontra comunidades reais, com histórias, recursos, conflitos e formas próprias de organização. É nesse encontro que a efetivação da Educação Escolar Quilombola pode ser observada como experiência vivida, acompanhada e disputada pelos sujeitos a quem essa política se destina.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo do artigo permitiu compreender que a participação comunitária ocupa lugar decisivo na efetivação da Educação Escolar Quilombola. Quando famílias, lideranças, associações, professores e estudantes conseguem interferir nas decisões da escola, acompanhar sua organização e levar para o cotidiano escolar referências produzidas no próprio território, a gestão democrática ganha materialidade. As experiências examinadas mostraram que essa presença pode ocorrer de diferentes maneiras, desde a escolha de

profissionais e a participação em projetos até a inserção de memórias, práticas culturais e conhecimentos comunitários no percurso formativo.

Os estudos também evidenciaram diferenças importantes entre as comunidades analisadas. Em algumas delas, foram construídos mecanismos mais organizados de participação, capazes de produzir efeitos concretos sobre a vida escolar. Em outras, a presença comunitária apareceu de forma mais pontual, muitas vezes sustentada pela atuação de professores, lideranças ou projetos específicos. Também surgiram situações marcadas por fragilidades na formação docente, no diálogo com a gestão, na organização curricular e no conhecimento das próprias diretrizes que orientam a modalidade. Essas diferenças revelam que a existência de marcos legais e curriculares precisa encontrar condições institucionais e relações locais capazes de transformar princípios em práticas cotidianas.

A afirmação identitária apareceu fortemente vinculada a esse processo. Memória, pertencimento, história local, práticas culturais e formas de organização coletiva ganham outra força quando entram na escola por meio da participação dos próprios sujeitos quilombolas. O reconhecimento da comunidade como produtora de saberes interfere na maneira como crianças e jovens percebem o território, suas trajetórias e sua própria identidade, aproximando a experiência escolar das referências que já fazem parte da vida coletiva.

Diante dos resultados encontrados, considera-se que o objetivo proposto foi alcançado, pois foi possível discutir a participação comunitária como dimensão da gestão democrática, da cidadania e da efetivação da Educação Escolar Quilombola. A cidadania, nesse contexto, aparece ligada à capacidade de acompanhar, propor, decidir e interferir em uma política pública que alcança diretamente a comunidade. A efetivação da modalidade depende, portanto, de relações permanentes entre escola, território e sujeitos quilombolas, com espaço para participação real nas decisões e para presença contínua dos conhecimentos produzidos na vida comunitária.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sheilla Zillane Souza. Infância quilombola: aspectos identitários na prática educativa. **Revista Coletivo SECONBA**, v. 4, n. 1, p. 58–78, 2020. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/seconba/article/view/9139>. Acesso em: 21 set. 2026.

ALVES, Flávia da Silva; ARAUJO, José Conceição Silva. A identidade quilombola em uma escola da comunidade Baixa Grande do município de Muritiba-BA. **Revista Educação e Ciências Sociais**, v. 3, n. 5, p. 80–98, 2020. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/cienciassociais/article/view/8046>. Acesso em: 21 set. 2026.

BAHIA. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. **Documento Curricular Referencial da Bahia**: modalidades. v. 3. Salvador: Secretaria da Educação do Estado da Bahia, 2025. Disponível em: https://www.ba.gov.br/conselhodeeducacao/sites/site-cee/files/2025-08/DCRB%20MODALIDADES_19_08_25.pdf. Acesso em: 21 set. 2026.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 21 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 16, de 5 de junho de 2012**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Brasília, DF: MEC/CNE, 2012a. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/pareceres-do-cne/ceb/2012/pceb016_12.pdf. Acesso em: 21 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Brasília, DF: MEC/CNE, 2012b. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/resolucoes-do-cne/ceb/2012/rceb008_12.pdf. Acesso em: 21 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 470, de 14 de maio de 2024. Institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola – PNEERQ. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-470-de-14-de-maio-de-2024-559544343>. Acesso em: 21 set. 2026.

BRITO, Eliana Povoas Pereira Estrela; SANTOS, Amilton; MATOS, Michelle. Pode um currículo aquilombar-se? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 176, p. 429–443, abr./jun. 2020. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/6924>. Acesso em: 21 set. 2026.

CRUZ, Cassius Marcelus *et al.* Participação comunitária na educação escolar quilombola: a Carta de Anuência no quilombo João Surá (PR). **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 7, e12409, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/12409>. Acesso em: 21 set. 2026.

PORTELA, Ivalda Kimberlly Santos; ABRAHÃO, Bruno Otávio de Lacerda. Currículo, identidade e resistência: a implementação da Lei 10.639/03 em uma escola quilombola no extremo sul da Bahia. **Revista Letras Escreve**, v. 15, n. 2, p. 94–105, 2026. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/letrasescreve/article/view/941>. Acesso em: 21 set. 2026.

SANDES, Jamile do Carmo Conceição; MARTINS, Thais Joi. Educação escolar, currículo, formação docente e identidades nos quilombos: uma análise da comunidade de Salaminas Putumuju. **Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 23, n. 3, p. 20–40, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/53942>. Acesso em: 21 set. 2026.



SANTOS, Adilza Alves dos; ALENCAR, Maria Fernanda dos Santos. Comunidade quilombola como território de memória e de fortalecimento da identidade: o papel da educação escolar quilombola. **Revista Educare** (Online), v. 8, p. 1–35, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/educare/article/view/65659>. Acesso em: 21 set. 2026.